

APRESENTAÇÃO

Na edição número 30, volume 13 (agosto de 2018) da *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* foram publicados 9 Artigos e 1 Relato de Experiência com temáticas da questão agrária brasileira, trabalhos que discutem sobre o campesinato e suas contradições no Brasil, o uso do território, o desenvolvimento rural e ações de resistência camponesa em processos de (re)territorialização. A edição abrange, ainda, temas como as políticas para o desenvolvimento rural em estados brasileiros, a educação do campo, ações de grupo empresarial e o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária.

No primeiro artigo “Contradições camponesas no Brasil”, João Edmilson Fabrini aborda como a complexa trama de reprodução da classe camponesa no modo capitalista de produção está relacionada às contradições dessa classe, pois, os camponeses que, de um lado, derrubam cercas latifundiárias do agronegócio na sua luta pela reforma agrária, de outro lado, se posicionam politicamente a favor daqueles que são contrários às suas lutas. Com isso, verificou-se contradições também no âmbito familiar, que reforçam valores humanos e solidários, mas reproduz o autoritarismo patriarcal. Contradições estas que ainda existem na adoção, ou recusa, de tecnologias e conhecimentos aplicados à produção agropecuária.

Em “O território usado e a renda da terra”, Delismar Palmeira Costa, Claudiney de Freitas Marinho e Elizeu Ribeiro Lira desenvolvem uma interconexão teórica entre a geografia e a economia política, por meio da análise e contextualização das relações existentes entre o conceito *território usado* e a categoria *renda da terra*. Por se tratar de uma construção e síntese teórica, no texto os autores visam fortalecer as bases epistemológicas da Geografia como ciência. O território usado, enquanto sinônimo de

espaço, se coloca como o objeto central da ciência geográfica, corroborando para uma análise crítica-social da dinâmica em que se encontra inserida a sociedade; por isso nesse trabalho, ao autores buscaram uma relação prática desse conceito com uma das mais centrais categorias da economia política, a renda da terra.

O terceiro artigo “O debate paradigmático e o modelo hegemônico de desenvolvimento: do agrário para o rural”, Maria Messias Ferreira Lima teve como objetivo principal provocar uma discussão sobre a essência desse modelo de desenvolvimento hegemônico institucionalizado na década de 2000, considerando-o como parte de um processo maior que institucionaliza um reordenamento no uso e ocupação do espaço rural pelo capital mundializado, iniciando um novo ciclo de acumulação imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas atuais. A narrativa apresenta os aspectos que foram delineados nos governos FHC e Lula, que teoricamente apresenta diferenças, mas que em essência representou uma continuidade do modelo neoliberal e o fortalecimento das forças conservadoras que impedem qualquer mudança na estrutura agrária e, portanto, impedindo uma real mudança social no campo brasileiro.

Em “As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: uma análise dos camponeses da Colônia Pulador em Anastácio-MS” Simone Maria Leme reflete sobre os processos de reprodução camponesa na contemporaneidade, partindo da análise de estratégias de resistência adotadas no interior de unidades de produção campesina. Como recorte territorial seleciona a Colônia Pulador, localizada no Município de Anastácio-MS. A autora procura entender o campesinato a partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, onde a subordinação camponesa ao capital é vista como uma estratégia de resistência, porém entende-se que essa subordinação não é um elemento homogêneo no campo, pois acredita-se no desenvolvimento de estratégias de

resistência no interior das unidades camponesas que possibilitem uma maior autonomia ao camponês. Por fim, entende que essa resistência camponesa representa um mecanismo contra a expropriação e proletarização do campesinato. Os camponeses buscam na contradição do modo de produção capitalista estratégias para a reprodução de seu modo de vida.

No artigo “Assentamentos rurais no Sudeste goiano: expressões (i)materiais da (re)territorialização camponesa”, de Rafael de Melo Monteiro, o objetivo foi o de compreender o processo de (re)territorialização camponesa no Sudeste Goiano, por meio da luta pela terra e da efetivação dos assentamentos rurais como expressões *(i)materiais* desta (re)territorialização. Os assentamentos escolhidos foram o Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), Assentamento São Sebastião (Silvânia, 1997), Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005), Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), Assentamento Buriti (Silvânia, 2009) e o Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010). Tendo na luta pela terra um momento importante para a (re)territorialização camponesa no Sudeste Goiano, foi a partir da apropriação inicial, passando pela produção de alimentos, a autoconstrução de suas moradias e a expressão das suas religiosidades, que uma *porção* do espaço geográfico foi transformada em território camponês. E isto é significativo em uma região goiana marcada pela agricultura capitalista especializada na exportação de produtos agrícolas.

Em “Políticas públicas e desenvolvimento rural em Goiás: análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)” de Karinne de Pina Silva e Adriano Rodrigues de Oliveira, os autores analisaram as políticas públicas de desenvolvimento rural em Goiás, ancorada em dois programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que foram criados para fortalecer a agricultura

camponesa e garantir um mercado consumidor por meio da formação de canais institucionais. Destacou-se a forma de implementação das principais políticas públicas sendo executadas em Goiás e quais efeitos desta inserção para a autonomia da agricultura camponesa, bem como as perspectivas de desenvolvimento rural.

No artigo “Desenvolvimento rural e PRONAF: um estudo para os municípios mineiros” de Fernanda Faria Silva e Rodrigo Malta dos Santos, teve como objetivo verificar a lógica da distribuição de recursos do PRONAF a partir de um Indicador de Desenvolvimento Rural (IDR), por meio de um ranqueamento dos municípios de Minas Gerais nas dimensões Sócio Demográfica, Político Institucional, Econômica e Ambiental. A partir do IDR, pode-se comparar o grau de desenvolvimento rural dos municípios *versus* a liberação dos recursos do PRONAF.

Em “A geo-história da organização Odebrecht: migração, negócios e o “trancamento” da natureza”, Aline dos Santos Lima teve como objetivo fazer uma leitura geográfica da história da Organização Odebrecht com o propósito de evidenciar como Norberto Odebrecht, fundador do grupo, criou uma empresa de abrangência mundial e, ao mesmo tempo, passou a promover o trancamento da natureza a partir da monopolização do território e da territorialização do capital no campo brasileiro.

No artigo “Educação no campo: gestão democrática presente na pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” de Alba Regina Azevedo Arana e Fernanda Serrano Fernandes, foi analisado o sentido da gestão democrática presente na Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a educação infantil. Os resultados obtidos indicam que embora ainda existam muitos desafios em relação a implementação da proposta de Educação para as Escolas do Campo, bem como para a efetivação da Pedagogia do Movimento nas Escolas do MST, a proposta é coerente com os princípios defendidos e com o discurso político e social materializado na luta do

Movimento.

Por fim, a edição é finalizada com o Relato “A hegemonia da horticultura do município de Amélia Rodrigues – BA: um relato da agricultura familiar local” de Ákila Soares de Britto e Gabrielle Moreira Coutinho Cardoso que buscaram compreender a gênese dos produtos agrícolas comercializados nas feiras livres do município de Feira de Santana, que não são produzidos nele, tendo como maior fornecedor o município de Amélia Rodrigues (BA).

Boa leitura!

João Cleps Junior.
Natália Lorena Campos

Uberlândia-MG, agosto de 2018.